

Resenha: *O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica*. Veiga, José Eli da. São Paulo: Edusp. Hucitec, 1991.

Marcos Vinícius Pacheco Pereira *

* Bacharel em Humanidades (UFVJM). Licenciado em Geografia (UFVJM). Mestre em Estudos Rurais (UFVJM).

Partindo de uma análise histórica sobre o capitalismo e sua influência direta na questão agrária, o livro de José Eli da Veiga preocupa-se em relatar decisões políticas e de Estado em moldar os sistemas do campo, o qual passou de uma estrutura patronal, com grandes latifundiários e senhores de terra até o surgimento da agricultura familiar voltada para uma racionalidade capitalista.

A evolução da agricultura é acompanhada de uma série de interferências dessa nova lógica, no que diz respeito ao modo de produção de alimentos. Sendo assim, faz-se necessário um novo olhar sob o uso da terra, com a criação de ações voltadas para os trabalhadores do campo, como, a reforma agrária, a variação e estabilização de preço dos produtos advindos do campo e sua participação no mercado interno e externo, a mercantilização das terras, e a remuneração de novos atores que foram sendo formados, como assalariados, arrendatários e parceiros.

Veiga utiliza uma metodologia analítica, estrutural e comparativa, reunindo pesquisadores sobre o desenvolvimento agrário em diferentes países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. A obra é dividida em três partes. A parte I “Formação” é dividida em dois capítulos. O capítulo 1 “Gênese” aborda a mudança do feudalismo para o capitalismo entre os séculos XVIII e XIX, juntamente com as mudanças tecnológicas nas civilizações germânica e romana. Observamos a junção da prática agrícola e da pecuária que se complementam – com uma produção de alimentos em larga escala – para que assim houvesse o desenvolvimento das cidades europeias.

A criação da indústria nas cidades e a utilização da tração animal, com a extinção da técnica do pousio da terra para o cultivo anual intensivo – que se tornou a nova estratégia de produção moderna frente ao desenvolvimento capitalismo urbano-industrial na Europa – vieram acompanhados do crescimento demográfico no início do século XX, o que de fato demandou maior quantidade de alimentos. O capítulo analisa os casos dos três padrões básicos da Europa: o inglês, o do leste e o do oeste. É chamado atenção também para o caso dos EUA e Japão.

No capítulo 2 “Interregnes” Eli traz uma visão da agricultura nesses países no período de crise entre 1929-1945 – até o período de devastação da 2ª Guerra – os quais tiveram que criar estratégias para se recuperarem dos problemas que assolavam a agricultura, como medidas protecionistas e intervencionistas.

Já na parte II “Segunda Revolução” – dividida em cinco capítulos – Veiga discute sobre a Segunda Revolução

agrícola no Mundo, em que houve um significativo crescimento econômico e aumento da produção agrícola após a segunda Guerra Mundial, especificamente entre 1950 e 1970. Os países periféricos ou menos desenvolvidos tiveram relativamente uma melhora econômica. Mas foram os países desenvolvidos que deram um salto econômico nesse cenário, responsabilizados por três quintos da produção industrial e dois terços do comércio mundial.

Os EUA tiveram um papel marcante nessa época pois detinham um terço de toda a produção industrial do mundo. Algo novo a ser observado é que os países capitalistas centrais dobraram a capacidade de produção agropecuária durante estas duas décadas e, em contrapartida, a população do campo reduziu-se expressivamente. Nos Estados Unidos por exemplo a população rural diminuiu de 23 milhões para menos de dez milhões de pessoas. Já no oeste europeu, a população do campo declinou de 42 milhões para 22,6 milhões.

Enfatiza-se como alguns países continuaram o processo de transformação, impondo uma nova racionalidade no campo. Questões importantes surgem, a exemplo da sustentação de preços, da substituição e alternância de produtos, e do surgimento da policultura. Além disso, a crescente produção de cereais no mercado internacional, dentre outros alimentos, interferiram no acesso à terra pelos agricultores familiares, frente aos grandes proprietários e latifundiários. Discute-se então, como ocorreu esse processo em diversos países – no qual a reforma agrária se insere – e qual a interferência na produção dos alimentos e na economia nacional e global.

Na segunda parte do livro, o capítulo 1, “Estados Unidos” evidencia os períodos primordiais do século XX de crescimento das culturas de grãos: os anos entre 1955-65 em que houve o aumento da produtividade da terra e consequentemente o aumento da produção de alimentos; e a década de 1970 que é marcada pelo rápido aumento da área plantada, fato que se iniciou no período anterior e foi potencializado nessa década. O estágio de acumulação capitalista com o advento do modo de produção taylorista e fordista, atrelados a nova forma do processo de trabalho e produção, gerou uma nova circulação de mercadorias que alterou também os padrões de consumo.

A política de sustentação de preços agrícolas – que perdurou até o fim da década de 1960 no país – foi reduzida aos níveis de equilíbrio do comércio internacional. A renda dos agricultores passou a ser protegida na base de pagamentos diretos, e houve a continuidade da política de

estoques reguladores. Com isso, as exportações de produtos agrícolas – principalmente de grãos – marcou a década de 1970 nos EUA, confirmando o fato da correlação direta entre o volume de exportação e a renda dos agricultores. Esta se manteve estável mesmo em época de crise mundial. Entretanto, a competição da produção industrial com a Europa trouxe alguns problemas econômicos, como a inflação e a falta de emprego, fazendo com que o governo diminuísse as importações e valorizasse novamente as exportações. Mesmo assim, o custo dos alimentos no mercado interno fez com que movimentos sociais surgissem contra esse aumento das exportações.

A consequência disso, após uma ingênua prosperidade dos produtores rurais que adquiriram terras e maquinários, foi o endividamento e falência de muitos desses agricultores e de instituições bancárias, ao contrário dos grandes e médios proprietários que se beneficiaram com o aumento da propriedade, da produção e da oferta, e conseqüentemente da queda dos preços agrícolas. A terra passa então a ter um valor mais alto, dando lugar a produção de mercado com a sustentação de preços. O autor chama atenção para o termo *Treadmill* (força e rotatividade) no sistema de ampla concorrência.

No capítulo 2 “Europa” acompanhamos o rápido crescimento da produção de alimentos nos países europeus no período pós-guerra, garantindo por um bom tempo a política de sustentação de preços. Porém, isso gerou complicações econômicas nos países, com a diminuição da demanda, acarretando um número significativo de excedente de produtos. Assim, as pequenas propriedades que estavam passando por dificuldades estruturais foram sendo incentivadas a se tornarem médias propriedades, principalmente no oeste europeu como destaca o autor ao chamar atenção para a França.

Os países europeus foram adotando diversas medidas para reverter a situação de crises na agricultura durante os anos 1980. Veiga critica dois eventos que uniram países de Primeiro Mundo articulados a mudar sua situação em relação às políticas agrícolas adotadas e a redução dos excedentes estruturais – A Cimeira de Tóquio e a Rodada Uruguai. Mesmo não tendo dado certo como almejaram, os países continuaram na tentativa de reverter o quadro em relação aos problemas da oferta e demanda dos produtos, além dos excedentes. Surgiram assim, estratégias de controle de exportação e importação de acordo com a realidade econômica que se encontrava o mundo capitalista.

Adiante, no capítulo 3 “Leste Asiático”, José Eli da Veiga retrata a jornada da revolução agrícola na chamada trilha do Oeste: Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Mesmo com um número limitado de terras cultiváveis, da reforma agrária mais consolidada e com uma modernização efetiva da agricultura, a trilha se diferencia dos outros países estudados por conta da sua autossuficiência alimentar, com a regulação e queda dos preços reais, e pela nova valorização da eficiência da agricultura familiar – tudo isso atrelado ao desenvolvimento da atividade industrial nesses países.

No capítulo 4 “Egito” trata-se do processo de reforma agrária no País baseado no sistema do sudeste asiático, porém com resultados diferentes, devido sua economia não ter-se desenvolvido no século XIX. Somente no ano de

1952 que o governo torna prioridade a reforma agrária, a qual foi relativamente lenta se comparada aos outros países.

Por fim, o autor analisa no capítulo 5, “México”, um país com graves problemas alimentares, que passou por três estágios na tentativa de desenvolvimento de sua agricultura: (1) O da produção agrícola marcado por reforma democrática de crescimento na República Restaurada (1867-1876), na Revolução Mexicana (1917) e no governo Cárdenas (1934- 1940); (2) A agricultura como auxílio a industrialização, definida pelos três governos sucessores de Cárdenas; (3) Mecanismo de Segurança Alimentar, marcado pela criação em 1980 de uma nova política agroalimentar – Sistema Alimentar Mexicano (SAM), que depois foi em PRONAL e PRONADRI, na tentativa de tornar os camponeses em agricultores familiares ativos, o que não surtiu tanto efeito em razão dos problemas da economia interna.

Com isso, Veiga finaliza sua obra, na terceira e última parte “Terceira Revolução”, defendendo o desafio da ligação entre a agricultura e a atividade industrial, trazendo questões que envolvem escala, tecnologias, propriedades, custo e produção. De modo geral, a historicidade da agricultura familiar está ligada – no caso dos países avançados – à total modernização e inovação tecnológica, linhas de crédito, subsídios governamentais, alienação ao mercado, dentre outras submissões desta categoria à racionalidade capitalista. De acordo com o autor, a agricultura familiar no Brasil só se consolidará enquanto uma categoria de mercado do capital quando o país passar por diversas reformas, acompanhadas da ação estatal no desenvolvimento direto da agricultura, baseando-se nos moldes dos países que realizaram a reforma agrária e subsidiaram a produção agropecuária.

A obra é um clássico dos estudos agrários no Brasil, reconhecido também no cenário internacional. É um excelente trabalho interdisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, História e Economia. O livro sintetiza um longo e complexo período histórico do mundo rural, com destaque para as atividades agrícolas nos países que mais se destacaram durante o século XIX e XX.